

REFLEXOS DA AÇÃO SINDICAL EM ANGOLA: UMA ANÁLISE SOBRE O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

REFLECTIONS OF INDUSTRIAL UNION ACTION IN ANGOLA: A LOOK AT PUBLIC HIGHER EDUCATION

REFLEXIONES SOBRE LA ACCIÓN SINDICAL EN ANGOLA: UN ANÁLISIS DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR PÚBLICA

Paulo Cabeto¹

Pedro Francisco Bonifácio²

Damião de Almeida Manuel³

Pedro de Jesus⁴

RESUMO: O presente artigo aborda os reflexos da ação sindical no contexto universitário público angolano, focando, essencialmente, nas melhorias trazidas pelo Sindicato dos Professores do Ensino Superior (SINPES), de 2018 à presente data. Considerando os fins da pesquisa, fez-se um retrato-síntese sobre a situação do ensino superior em Angola, a emergência do SINPES, assim como os principais reflexos da ação sindical no país. Do ponto de vista metodológico, o artigo baseia-se na pesquisa bibliográfica e documental. Os dados consultados dão conta que os principais reflexos da ação sindical no contexto universitário público perfazem, essencialmente, três áreas fundamentais: aspetos remuneratórios, políticas de promoção da carreira docente e qualidade de ensino nas instituições de ensino superior. Ressalta-se, contudo, que a atuação sindical enfrenta alguns desafios resultantes das características sociopolíticas e económicas de Angola, nomeadamente, a fragilidade das estruturas institucionais, resistência das entidades patronais às reivindicações, bem como interferência política nos processos de negociação entre o SINPES e o Governo.

1

Palavras-chave: Ação Sindical. SINPES. Ensino Superior. Angola.

ABSTRACT: This article addresses the impact of industrial union activity on Angola's public university system, focusing primarily on the improvements brought about by the Industrial Union of Higher Education Teachers (SINPES) from 2018 to the present. Considering the research objectives, a summary portrait of the situation of higher education in Angola, the emergence of SINPES, and the main impacts of union activity in the country were created. Methodologically, the article is based on bibliographic and documental research. The data consulted indicate that the main impacts of union activity on the public university system essentially cover three fundamental areas: remuneration, policies for promoting teaching careers, and teaching quality in higher education institutions. It is noteworthy, however, that union activity faces several challenges resulting from Angola's sociopolitical and economic characteristics, namely the fragility of institutional structures, employers' resistance to demands, and political interference in negotiations between SINPES and the government.

Keywords: Industrial Union Action. Higher Education. SINPES. Angola.

¹ Mestre em Sociologia pelo ISCTE – Lisboa. Docente de Sociologia na Universidade Rainha Njinga a Mbande.

² Doutorando em Ciências da Educação na Universidade de Coimbra.

³ Docente no curso de Ciências da Educação na Universidade Rainha Njinga a Mbande.

⁴ Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Agostinho Neto. Docente de Sociologia na Universidade Rainha Njinga a Mbande.

RESUMEN: Este artículo analiza el impacto de la acción sindical en el contexto de la universidad pública angolense, centrándose principalmente en las mejoras impulsadas por el Sindicato de Profesores de Educación Superior (SINPES) desde 2018 hasta la actualidad. En consonancia con los objetivos de la investigación, se presenta un panorama general de la situación de la educación superior en Angola, el surgimiento del SINPES y los principales impactos de la acción sindical en el país. Metodológicamente, el artículo se basa en una investigación bibliográfica. Los datos consultados indican que los principales impactos de la acción sindical en el contexto de la universidad pública abarcan tres áreas fundamentales: aspectos de remuneración, políticas de promoción de la carrera docente y la calidad de la educación en las instituciones de educación superior. Sin embargo, se destaca que la actividad sindical enfrenta algunos desafíos derivados de las características sociopolíticas y económicas de Angola, a saber, la fragilidad de las estructuras institucionales, la resistencia de los empleadores a las demandas y la injerencia política en los procesos de negociación entre el SINPES y el Gobierno.

Palabras clave: Acción Sindical. SINPES. Educación Superior. Angola.

INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham um papel estratégico no desenvolvimento social, científico e económico das sociedades, sendo, portanto, responsáveis pela formação de quadros qualificados, pela produção do conhecimento e pela promoção da investigação científica. No contexto angolano, o fortalecimento do ensino superior depende, entre outros fatores, da valorização das condições de trabalho dos docentes e dos investigadores de carreira, considerados elementos centrais para a qualidade e sustentabilidade do subsistema.

Entretanto, a realidade do ensino superior público em Angola tem sido caracterizada por um conjunto de problemas relacionados às condições salariais, progressão na carreira docente, limitações estruturais e fragilidades institucionais. Neste quadro, o Sindicato dos Professores do Ensino Superior (SINPES) passou a assumir um papel relevante na defesa dos interesses da classe docente e na reivindicação de melhorias das condições laborais e profissionais junto do Estado.

Apesar da crescente relevância da ação sindical no ensino superior angolano, observa-se ainda uma reduzida produção científica dedicada à análise dos seus reflexos no funcionamento das IES e na reconfiguração do próprio subsistema do ensino superior. Grande parte das abordagens existentes tende a privilegiar discussões jurídicas ou laborais mais amplas, deixando lacunas quanto à compreensão socioinstitucional dos impactos concretos da atuação sindical no ambiente universitário público angolano.

Deste modo, o presente artigo procura analisar os reflexos da ação sindical em Angola, com enfoque particular na atuação do SINPES e nos seus impactos sobre a carreira docente, as condições de trabalho e o subsistema do ensino superior público. A relevância da pesquisa reside

na necessidade de compreender de que forma a ação sindical tem influenciado as dinâmicas universitárias e contribuído para a valorização dos profissionais do ensino superior em Angola.

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM ANGOLA

De acordo com Liberato (2019), a emergência do Ensino Superior Público em Angola ocorreu no dia 6 de outubro de 1963, com a implementação dos Estudos Gerais Universitários, marcando um momento crucial na história do país. No entanto, diferentes autores (Kajibanga, 2000; Carvalho, 2012; Katúmua, 2016; Tauchen, Borges & Correia Filho, 2019) defendem o ano de 1962 como o ano da criação do Instituto de Estudos Superiores de Luanda.

O Decreto-Lei n.º 44.530, de 21 de Agosto de 1962 criou o Instituto de Estudos Superiores de Luanda, mas a sua efetiva implementação só ocorreu no ano seguinte, com a inauguração dos Estudos Gerais Universitários em 6 de outubro de 1963.

Corroborando, Liberato (2019) ressalta que desde sua criação, o subsistema de Ensino Superior Público angolano tem sido influenciado por diferentes agendas políticas, em detrimento da sua missão. A priorização das agendas políticas origina diversos problemas para o subsistema de ensino superior, sobretudo os que dizem respeito à falta de autonomia das IES.

Quadro 1: Lista das IES públicas em Angola (dados de 2022)

Nº	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	PROVÍNCIA	MUNICÍPIO	NATUREZA
1	Universidade Agostinho Neto	Luanda	Talatona	Pública
2	Universidade de Luanda	Luanda	Talatona	Pública
3	Universidade Katyavala Bwila	Benguela	Benguela	Pública
4	Universidade José Eduardo dos Santos	Huambo	Huambo	Pública
5	Universidade Cuito Cuanavale	Cuando Cubango	Menongue	Pública
6	Universidade KimpaVita	Uíge	Uíge	Pública
7	Universidade Lueji a Nkonde	Lunda Norte	Dundo	Pública
8	Universidade MandumeYaNdemufayo	Huíla	Lubango	Pública
9	Universidade 11 de Novembro	Cabinda	Cabinda	Pública
10	Universidade do Namibe	Namibe	Moçamedes	Pública
11	Universidade Rainha Njinga a Mbande	Malanje	Malanje	Pública
12	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Luanda	Belas	Pública
13	Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela	Benguela	Benguela	Pública
14	Instituto Superior de Ciências de Educação de Cabinda	Cabinda	Cabinda	Pública
15	Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe	Cuanza Sul	Sumbe	Pública
16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Huambo	Huambo	Pública
17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	Huíla	Lubango	Pública
18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Uíge	Uíge	Pública
19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Cuanza Sul	Sumbe	Pública
20	Instituto Superior Politécnico do Soyo	Zaire	Soyo	Pública
21	Instituto Superior Politécnico do Bié	Bié	Cuito	Pública
22	Instituto Superior Politécnico de Ndalatando	Cuanza Norte	Ndalatando	Pública
23	Instituto Superior Politécnico do Moxico	Moxico	Luenha	Pública
24	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Bengo	Caxito	Pública
25	Escola Superior Pedagógica do Bié	Bié	Cuito	Pública
26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Cuanza Norte	Ndalatando	Pública
27	Escola Superior de Ciências Sociais, Artes e Humanidades	Zaire	Mbanza Congo	Pública
28	Instituto Superior Técnico Militar	Luanda	Kilamba Kiaxi	Pública
29	Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais General Osvaldo Serra Van-Dúnem	Luanda	Belas	Pública
30	Academia de Ciências Sociais e Tecnologia	Luanda	Belas	Pública
31	Instituto Superior Politécnico do Bengo	Bengo	Caxito	Pública

Fonte: MESCTI, 2022.

SINPES – DA EMERGÊNCIA À ATUALIDADE

Segundo Pinto, Rodrigues e Farage (2023), os sindicatos surgiram como instrumentos históricos de resistência da classe trabalhadora, articulando-se em torno da defesa das condições de trabalho, do salário e da autonomia política frente ao Estado e ao patronato.

A realidade da ação sindical em Angola é um fenómeno relativamente novo. Durante o período colonial, a formação de sindicatos era severamente reprimida, limitando a organização e a defesa dos direitos dos trabalhadores. “Em Angola o sindicalismo teve o seu primeiro embrião no período colonial, como organização, na República Democrática do Congo, fruto da falta de expressão junto da classe trabalhadora angolana, em razão dos limites impostos pelo sistema neste domínio” (MAPTESS, 2022, p. 2).

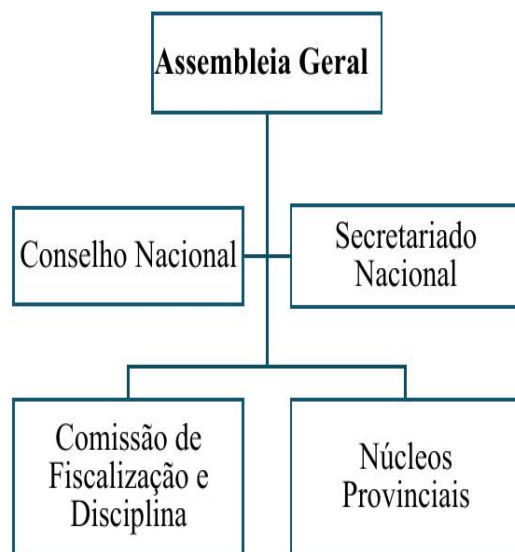
Após a independência em 1975, o sindicalismo em Angola deu seus primeiros passos, mas de forma gradual, fixando-se apenas em alguns setores do país. Esse desenvolvimento tímido pode ser explicado, sem se reduzir a isso, pela falta de estratégias e de atuação dos principais grupos sindicais nacionais existentes na época (Trigueiros, 2011).

No contexto do ensino superior, a conjuntura política e social também contribuiu para o atraso na organização sindical. A expansão da rede pública de Instituições de Ensino Superior (IES) a partir da década de 1990, impulsionada pelo crescimento económico do país, fomentou um aumento significativo no número de docentes, criando condições para o surgimento de demandas e de necessidades específicas da classe.

Entre 2015 e 2017, aumentou-se as manifestações e as greves em várias instituições de ensino superior, por conta do descontentamento crescente com salários baixos e precarização das condições laborais. Entretanto, a partir de 2018, o sindicato passou a ganhar maior abrangência geográfica, com representação local em praticamente em diversas províncias do país.

A criação do Decreto Presidencial n.º 191/18, de 8 de agosto, que institui o estatuto da carreira docente do ensino superior, e do Decreto Presidencial n.º 280/18, de 27 de novembro, que estabelece o estatuto remuneratório da carreira docente, são considerados frutos diretos das negociações entre o SINPES e o Governo de Angola.

Diagrama 1: Organograma do SINPES



Fonte: Elaboração própria, adaptado do Estatuto Orgânico do SINPES.

PRINCIPAIS REFLEXOS DO SINPES

A ação do SINPES tem desempenhado um papel relevante nos contextos profissional e social dos docentes e investigadores angolanos. O ano de 2018 assinala-se como um marco significativo na trajetória do SINPES enquanto organismo que visa defender os interesses da classe docente do subsistema do ensino superior angolano, sobretudo pela criação do Estatuto da Carreira Docente, através do Decreto Presidencial n.º 191/18, de 8 de agosto e do Estatuto Remuneratório da Carreira Docente, por meio do Decreto Presidencial n.º 280/18, de 27 de novembro.

Importar ressaltar que antes de 2018 já conseguiu alguns ganhos marcantes resultantes da pressão do sindicato sobre o MESCTI (Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação) e sobre o Governo angolano, com realce para a expansão da rede de IES em diferentes regiões do país. As reformas efetuadas até os finais de 2017 ocorriam de forma esporádica, sem, praticamente, reflexos diretos na situação social dos profissionais.

O movimento sindical docente representa uma expressão da luta mais ampla da classe trabalhadora, buscando consolidar um projeto de universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, em diálogo com os movimentos sociais e com os princípios do classismo e da democracia sindical (Pinto et al., 2023).

No entanto, as ondas de greve (pós-2017) promovidas pelo sindicato, assim como as negociações entre o SINPES e o MESCTI, ocasionaram a assinatura de um memorando de

entendimento entre os dois lados, em novembro de 2021, que contribuiu para a implementações de ações que, de per si, serviam para dignificar a classe docente em termos de reajuste remuneratório, fundo de investigação científica e seguro de saúde.

Tabela 1: Tabela indiciária da carreira docente do ensino superior de 2018-2024

CATEGORIA	ÍNDICE	VENCIMENTO BASE
Professor Catedrático	1 120	471 697,47
Professor Associado	1 020	429 581, 63
Professor Auxiliar	960	404 312, 12
Assistente	900	379, 042,61
Assistente Estagiário	760	320 080,43

Fonte: Decreto Presidencial nº 128/22, de 7 de junho.

Tabela 2: Tabela indiciária da carreira do investigador científico de 2018-2024

CATEGORIA	ÍNDICE	VENCIMENTO BASE
Investigador Coordenador	1 120	471 697,47
Investigador Principal	1 020	429 581, 63
Investigador Auxiliar	960	404 312, 12
Assistente de Investigação	900	379, 042,61
Estagiário de Investigação	760	320 080,43

Fonte: Decreto Presidencial nº 128/22, de 7 de junho.

No intervalo entre 2018 e início de 2024, a classe docente e a classe afeta à investigação científica teve os maiores benefícios remuneratórios já registado no país. Conforme as tabelas 1 e 2, os docentes e os investigadores passaram, a partir de 2018, a auferir um salário base que variava entre os 471 697,47 Kz (para a categoria do topo) a 320 080,43 Kz (para a categoria da base). No entanto, essa tabela ainda era fraca, considerando as taxas cambiais internacionais, uma vez que continuava inferior ao salário mínimo praticados por diferentes países.

Tabela 3: Subsídio para o pessoal docente entre 2018 a 2022

	Designação	(%)
1	Subsídio de Exposição Directa aos Agentes Biológicos, Químicos e Físicos	7%
2	Subsídio de Risco	5%
3	Subsídio de Atavio	5%

Fonte: Decreto Presidencial nº 280/18, de 27 de novembro.

De 2018 a 2022, o pessoal afeto à carreira docente tinha direito a três subsídios, conforme a tabela 3. No entanto, é preciso realçar a operacionalização desses subsídios não se realizada da mesma forma em todo o país. Algumas instituições compreendiam que o segundo subsídio, referente a risco, não podia ser destinado aos docentes mais voltados às áreas das humanidades, uma vez que a sua prática docente não ocorre num ambiente que de per si não os expõe a riscos, como acontece com os docentes das áreas de saúde ou das engenharias.

Outras instituições, no entanto, incluíam os subsídios, no seu todo, à tabela remuneratória dos docentes, sem quaisquer discriminações e/ou distinções, na medida que o entendimento era de que as condições laborais pelas quais o ensino ocorria, seja na sala de aulas comum, no laboratório, na comunidade, etc., representavam, por si, diversos riscos e, por efeito, colocavam os docentes numa situação de alguma vulnerabilidade.

7

Tabela 4: Subsídio para o pessoal docente entre 2022 a 2025

	Designação	(%)
1	Subsídio de Apoio à Inovação Pedagógica e à Investigação Científica	22%
2	Subsídio de Exposição Directa aos Agentes Biológicos, Químicos e Físicos	20%
3	Subsídio de Risco	5%
4	Subsídio de Atavio	5%
5	Subsídio de Diurnidade	3%

Fonte: Decreto Presidencial nº 128/22, de 7 de junho.

As pressões do SINPES ao MESCTI e ao Governo resultaram na adição de mais três subsídios no ano de 2022. Com a publicação do Decreto Presidencial nº 46/24, de 1 de fevereiro,

o pessoal afeto à carreira docente, na sua generalidade, teve benefícios remuneratórios em forma de subsídio que, de grosso modo, buscavam garantir a dignidade da classe e a melhorar a prestação de serviço pelos profissionais nas diferentes IES e centros de investigação do país.

De acordo com Pinto et al. (2023), o sindicalismo classista enfrenta o desafio de manter sua autonomia diante das transformações do capitalismo contemporâneo, especialmente frente à precarização do trabalho e ao enfraquecimento das formas coletivas de organização.

Tabela 5: Vencimento base e suplementar da carreira docente entre 2024 a 2025

Categoria	Índice	Vencimento Base	Remuneração Suplementar
Professor Catedrático	1 120	495 282,40	495 282,40
Professor Associado	1 020	451 060,75	451 060,75
Professor Auxiliar	960	424 527,77	424 527,77
Assistente	900	397, 994,78	397, 994,78
Assistente Estagiário	760	336 084,48	336 084,48

Fonte: Decreto Presidencial nº 46/24, de 1 de fevereiro, e Decreto Presidencial nº 94/24, de 19 de abril.

A Tabela 5 descreve a evolução dos valores do vencimento base e suplementar da carreira docente no ensino superior público angolano no período de 2024 a 2025. Os montantes refletem o esforço do Estado, em articulação com o SINPES, visando à atualização das remunerações e ao reconhecimento da complexidade das funções exercidas por docentes e pesquisadores. Tal atualização salarial constitui um avanço na política de valorização profissional, promovendo maior equidade entre categorias e contribuindo para a motivação e estabilidade na carreira académica.

Tabela 6: Vencimento base e suplementar do investigador científico entre 2024 a 2025

Categoria	Índice	Vencimento Base	Remuneração Suplementar
Investigador Coordenador	1 120	495 282,40	495 282,40
Investigador Principal	1 020	451 060,75	451 060,75
Investigador Auxiliar	960	424 527,77	424 527,77
Assistente de Investigação	900	397, 994,78	397, 994,78
Estagiário de Investigação	760	336 084,48	336 084,48

Fonte: Decreto Presidencial nº 46/24, de 1 de fevereiro, e Decreto Presidencial nº 94/24, de 19 de abril.

A Tabela 6 apresenta os valores de vencimento base e suplementar dos pesquisadores científicos para o período de 2024 a 2025, refletindo a política de valorização das atividades de

pesquisa e inovação no ensino superior público angolano. Essas atualizações salariais visam reconhecer a importância estratégica do trabalho científico para o desenvolvimento acadêmico e tecnológico do país, fortalecendo a integração entre docência e pesquisa.

De modo geral, as modificações observadas nas carreiras docente e de investigação confirmam o avanço das políticas de valorização profissional promovidas pelo SINPES, embora persistam desafios relacionados à sustentabilidade financeira e à uniformidade na implementação dessas políticas nas distintas instituições.

O conjunto de políticas e reajustes implementados entre 2018 e 2025 evidencia uma trajetória de aprimoramento contínuo e de institucionalização do reconhecimento profissional no ensino superior público angolano. A consolidação da tabela indiciária, a expansão dos subsídios de função e de mérito, bem como a incorporação da carreira de investigação, representam avanços estruturais promovidos pelo SINPES em diálogo constante com o Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que o Sindicato dos Professores do Ensino Superior (SINPES) consolidou-se como uma instituição garante da defesa, da valorização e da representação dos docentes e investigadores das instituições públicas de ensino superior em Angola. As ações desenvolvidas pelo sindicato, sobretudo a partir de 2018, traduziram-se em avanços significativos no domínio das condições laborais, da regulamentação da carreira docente e da afirmação do diálogo social no contexto universitário angolano.

Entre os principais reflexos da ação sindical destaca-se a implementação da tabela remuneratória suplementar, considerada uma das maiores conquistas da classe docente e investigativa no ensino superior angolano. A sua aplicação permitiu, de forma geral, a duplicação da remuneração dos docentes e investigadores, representando, portanto, uma baliza importante no processo de valorização do capital humano universitário. Associado a isso, verificou-se igualmente o acréscimo dos subsídios e dos demais benefícios remuneratórios, que contribuem para a melhoria das condições socioeconômicas dos profissionais do subsistema do ensino superior.

Os dados analisados indicam ainda que a atuação do SINPES contribuiu para reforçar a efetivação dos normativos relacionados à promoção e progressão na carreira docente, bem como para ampliar a visibilidade das problemáticas enfrentadas pelas universidades públicas angolanas. Neste sentido, o sindicalismo universitário revelou-se um importante mecanismo

de pressão institucional e de mediação entre os interesses da classe docente e as políticas públicas do Estado.

Conclui-se, assim, que o sindicalismo no ensino superior angolano tem desempenhado um papel relevante na melhoria das condições de trabalho, na valorização da carreira docente e na construção de uma universidade mais digna e funcional. A experiência do SINPES demonstra que a ação sindical contribui de forma significativa para o fortalecimento do ensino superior e para a promoção do desenvolvimento social em Angola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carvalho, P. (2012, junho). Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, 9, 50–68. DOI: <https://doi.org/10.4000/ras.83>.

Decreto-Lei n.º 44.530, de 21 de agosto. (1962). Criação do Instituto de Estudos Superiores de Luanda. *Diário do Governo*, I Série.

Decreto Presidencial n.º 191/18, de 8 de agosto. (2018). Aprova o Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior. *Diário da República*, I Série (144).

Decreto Presidencial n.º 280/18, de 27 de novembro. (2018). Aprova o Estatuto Remuneratório da Carreira Docente do Ensino Superior. *Diário da República*, I Série (178).

Kajibanga, V. (2000). Ensino superior e dimensão cultural de desenvolvimento: Reflexões sobre o papel do ensino superior em Angola. *Africana Studia*, 3, 137–151. DOI: http://aleph.letras.up.pt/index.php/1_Africana_2/article/viewFile/7094/6517.

Katúmua, M. B. (2016). O ensino superior angolano: Políticas, modelos de governança e públicos (Estudo na província de Benguela) [Tese de Doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. <https://www.opj.ics.ulisboa.pt/wp-content/cache/mendeley-file-cache/95fa9dcf-c90e-3ac2-8edc-ae25d58c8f39.pdf>.

Liberato, E. (2019). Reformar a reforma: Percurso do ensino superior em Angola. *Revista Transversos*, 15, 63–84. <https://doi.org/10.12957/transversos.2019.41843>

MAPTESS [Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social]. (2022). O movimento sindical em Angola. Recuperado em 20 de maio de 2024, de <https://www.maptss.gov.ao/wp-content/uploads/2022/09/Movimento-Sindical-em-Angola.pdf>.

MESCTI [Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação]. (2022). Lista das instituições de ensino superior públicas. Disponível em: https://sys.portais.gov.ao/uploads/13lista_atualizada_de_ies_publicas_dezembro_de_2022_4150546906399aa62fo493_1997ace0a7.pdf.

Pinto, M. B., Rodrigues, S. L., & Farage, E. J. (2023). Movimento sindical da educação superior pública e as transformações no mundo do trabalho. *Temporalis*, 23(45), 151-168. DOI: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2023v23n45p151-168>.

Tauchen, G., Borges, D. S., & Correia Filho, J. M. (2019, maio-agosto). Avaliação, regulação e autonomia do ensino superior em Angola: Perspetivas e desafios. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, 28(55), 13-27. DOI: <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2019.v28.n55.p13-27>.

Trigueiros, L. O. (2011). A gestão de conflitos de trabalho em Angola: Uma abordagem preliminar – O caso Wapo [Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa].Disponível em: https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/4002/1/master_liudmila_oliveira_trigueiroo.